



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 198

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2014

ANO III

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	2281
1ª SECRETARIA	2281

TAQUIGRAFIA

ATA DA 9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA.

Em 10 de dezembro de 2014

“PARA DEBATER TEMÁTICAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS
DAS MULHERES, PELA COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DOS
DIREITOS HUMANOS”.

(Às 15 horas e 08 minutos é aberta a Sessão).

Presidência da Sra.
EPIFÂNIA BARBOSA - Deputada

LENILSON GUEDES - Mestre de Cerimônias

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao requerimento da Excelentíssima senhora Deputada Estadual Epifânia Barbosa, realiza audiência pública objetivando debater temática dos direitos humanos das mulheres, pela comemoração do então “Dia Mundial de Direitos Humanos”.

Temos a honra de convidar para compor a mesa a Exmª Sra. Deputada Professora Epifânia Barbosa, proponente desta Audiência Pública; Sra. Vanusa Machado, Coordenadora de Políticas Públicas para Mulheres, e Sr. Ailton Cândido, assessor do Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania, Delegado Antônio Carlos dos Reis.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta audiência pública objetivando temáticas dos direitos

humanos das mulheres pela comemoração do Dia Mundial dos Direitos Humanos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para, de pé, cantarmos o hino *Céus de Rondônia*, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

(Execução do hino Céus de Rondônia).

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Boa tarde a todos e a todas. É um prazer recebê-los aqui na nossa Casa, na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, especialmente para nós debatermos, infelizmente, hoje será de uma maneira muito breve, a questão dos direitos humanos, especialmente a temática das mulheres no que diz respeito à violência cometida contra as mulheres de suas várias formas. Eu digo infelizmente, nós não poderemos hoje nos aprofundar tanto porque nós teremos uma sessão extraordinária, encerramos os trabalhos regulares da Assembleia hoje pela manhã, mas foi dado entrada ainda hoje pela parte da manhã após encerramento da sessão alguns projetos de lei do Poder Executivo e alguns ainda estamos no aguardo e aí foi-nos dado uma hora para a gente realizar esta audiência pública, mas, ainda assim, é importante para que nós aqui no Estado de Rondônia também possamos dar visibilidade e pontuar algumas questões importantes em relação aos direitos humanos, especialmente pelas mulheres, por isso a gente recebe vocês aqui com muita honra e em nome de todos eu quero aqui, através de nossa Coordenadora de Políticas para as Mulheres, Vanusa Machado e em seu nome cumprimentar aqui todas as mulheres, e também o Ailton Cândido que é Assessor do Secretário da SESDEC – Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia, órgão importante para todos nós aqui nesta temática, a nossa Secretária Adjunta da SEAS que acaba de chegar aqui também, cumprimentar a todos e a todas, sejam muito bem-vindos e espero que a gente mesmo neste curto espaço de tempo possamos aqui pontuar algumas questões relevantes para todos nós.

Então, eu passo agora para o nosso Mestre de Cerimônias para que possa registrar a presença das demais autoridades e convidar, obviamente, a nossa Secretária Adjunta para compor a Mesa.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Sra. Deputada, quero registrar de uma forma geral a presença das senhoras, dos senhores, da Sra. Benedita Nascimento, do

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Centro de Pesquisa em Populações Tradicionais Cuniã; Helena Nunes Neves, representando o Grupo de Mulheres da Igreja Universal; Mara Valverde, Diretora Social do SINDLER; Grupo de Mulheres do bairro Nacional. E como eu falei antes, de uma forma geral a todas as senhoras e os senhores que nos visitam. Sra. Deputada, o ato de abertura da campanha, vou ler as informações já acontecidas no dia da abertura de 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

“Lançado em 1991, por 23 mulheres de diferentes países, a Campanha Mundial dos 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher, tem como objetivo promover o debate e denunciar todas as formas de violência contra mulheres. A realização da Campanha compreende um período de significativas datas históricas e marcos de lutas das mulheres pelo mundo todo, iniciando no dia 25 de novembro - *Dia Internacional Pela Não Violência Contra as Mulheres*, e encerrando no dia 10 de dezembro – *Dia Mundial dos Direitos Humanos*, possibilitando desta forma a vinculação da denúncia e da luta pela não violência contra a mulher e a defesa dos direitos humanos.

Assumida pelo movimento feminista no Brasil, a campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher conquistou espaço na agenda brasileira e entrou definitivamente para o calendário de luta das mulheres, antecipando o início de suas ações para o dia 20 de novembro - *Dia Nacional da Consciência Negra*, proporcionando assim, além da reflexão sobre a inserção dos negros na sociedade, o debate e a visibilidade acerca da tripla discriminação sofrida pela mulher negra, baseada nas opressões de gênero, raça e classe social.

Em Porto Velho, a realização da Campanha dos 16 dias de ativismo está no ano de 2014 sob a coordenação da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e tem como objetivo dar visibilidade às diversas lutas e ações desenvolvidas coletivamente no âmbito do enfrentamento e repúdio as diversas formas de violência praticada contra as mulheres; chamar atenção e mobilização da sociedade em torno do agravamento dos casos de homicídios e de outras formas de violência praticada contra as mulheres no ano de 2013.”

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Bem, como o nosso Mestre de Cerimônias acabou de compartilhar conosco, nós iniciamos esses 16 dias de ativismo, fizemos o lançamento no dia 25 de novembro e nós estamos encerrando hoje essa política afirmativa de chamar a atenção da sociedade sobre os mais diversos temas que compõem os direitos humanos, lembrando sempre que os nossos direitos humanos são direitos que eles partem de uma concepção ideológica, de uma concepção política que nos assegura os nossos direitos civis e também os nossos direitos políticos de ter a nossa participação efetiva na sociedade. E aqui, só para destacar algumas conquistas ao longo do tempo, ao longo da nossa democracia, como é o caso, um caso de um direito civil que é um direito nosso, que é o direito de votar e nesse nosso voto também poder fazer as nossas escolhas das pessoas que participam de um conjunto de pontos ideológicos que vão fazer aquela defesa que a gente acredita que é importante para nossa sociedade que compõe um conjunto de lutas, algumas pessoas nesse ato de votar necessariamente não consideram isso, mas esse é direito nosso e que às vezes a gente usufrui das mais diversas formas, como também a gente poder, ao invés apenas de votar, a gente também se colocar à disposição para representar o outro, como é aqui o caso um exemplo nosso aqui a própria Casa de Leis, uma associação de bairro, poder ser um diretor de escola, poder participar de um grêmio estudantil. Então, essas formas de participação, tanto social quanto civil, que

nos dão essa condição de aprofundarmos os nossos direitos humanos. E nesse conjunto de direitos que a gente vem aprofundando ao longo do tempo, nós, mulheres, a gente fala isso às vezes com muita alegria e às vezes com certa tristeza até, porque a gente precisa cada vez mais se colocar a frente de tudo porque os direitos nossos eles são muito mais negados do que a questão de gênero pelos homens em si. Eu até estava lendo um texto que estava discutindo com a Vera, e lendo um texto que tudo leva a crer que o direito dos homens é o domínio sobre as mulheres, alguns homens agem como se isso fosse direito que na verdade não é, isso já está debatido, modificado na nossa própria Constituição, que era dado ao homem o poder patriarcal de exercer inclusive a liderança sobre a família, isso era constitucional no Brasil, que foi modificado e que agora isso é tratado de maneira igual perante a lei, mas não necessariamente no dia a dia das nossas famílias, na condução da família, nas condições de igualdade no trabalho, nós temos mais escolaridade, mas infelizmente os nossos salários ainda são diferenciados, enfim, um conjunto de situações que infelizmente o que mais nos dói, o que mais nos toca ainda e por isso é a razão da temática aqui na nossa audiência pública que é Direito Humanos, mas no fórum em relação à violência entre as mulheres e que os dados, eles não diminuem, alguns dizem que tem aumentado em função das denúncias, mas infelizmente observa-se que além obviamente da segurança da Lei Maria da Penha, que provoca e que a mulher possa fazer essa denúncia, não houve de qualquer maneira no dia a dia independe da denúncia, do convívio que a gente tem e do debate que a gente faz há mais de vinte anos, que esteja havendo uma redução, as coisas têm sido mais debatidas, tem sido colocado com mais clareza, mas a gente ainda vê jovens que poderiam acontecer até nas pessoas de mais idade, senhores de sessenta anos ainda estarem violentando, vamos supor se fosse apenas uma questão cultural. Mas a nossa juventude, rapazes de dezoito anos ainda assassinam as namoradas de quinze porque elas não querem continuar a relação.

Portanto, a nossa cultura, ela se perpetua, a gente não tem conseguido modificar com os nossos jovens, com as nossas crianças essa concepção de que se uma mulher desejar algo diferente do que o homem queira, que ela pode dar continuidade da sua vida, e ele, infelizmente a formação dele por tudo que ele tem visto pelo meio dele, ele ainda pode exercer a força e até observando isso dentro da sua própria casa através da sua mãe, na sua formação, que o pai continua exercendo esse poder imposto pela forma física contra a sua mãe.

Então, são esses motivos que nos colocam aqui e vou passar aqui para minhas colegas que compõem a Mesa, mas dizer que eu tinha saído no sábado, fui dar uma voltinha e quando eu cheguei, antes de meia-noite, porque a gente chega em casa antes de meia-noite, porque senão acaba o encanto, quando eu cheguei, que eu liguei a televisão, eu peguei bem na hora do debate daquele programa lá do Serginho Groisman, na *Globo*, aonde estava o debate lá da Anita, Anita expondo o pensamento dela, se é que a gente pode chamar aquilo de pensamento. Ela colocando que é um debate que a gente vem construindo há tantos anos que a gente não quer mais isso, e a gente vê uma jovem que está na mídia, que faz sucesso, que um das formas inclusive de ela fazer sucesso é a própria sensualidade, e ela tecendo comentários, o ponto de vista dela de que a mulher, que os homens muitas das vezes violentam as mulheres porque elas mesmo provocam, e para infelicidade dela, depois do debate dela lá com a Pitty, que da Pitty a gente já esperava, que é uma revolucionária, aí ela, o apresentador pediu para ela cantar e ela ficou completamente desnorteada

porque ela estava fazendo uma crítica e apresentação dela era extremamente sensual e provocativa, então, ela não sabia se cantava ou se rebojava ou se baixava o vestido.

Quer dizer, nós mulheres temos que, do ponto de vista dela, nós temos que ter o maior cuidado ao andar, ao vestir, ao falar, porque senão a gente vai estar dando razão para o homem nos violentar, nos bater, enfim, como se a gente não tivesse o direito de se comportar na sociedade, lógico, de uma maneira respeitosa, mas que a gente tem que tomar o maior cuidado senão a gente vai provocá-los e eles vão vir para cima da gente. E isso daí a gente vê na televisão num programa de grande audiência de uma jovem, uma mulher que poderia já ter outro tipo de concepção, por isso que os próprios homens jovens continuam fazendo a mesma coisa. Eu estou trazendo isso porque a gente tem debatido, debatido, mas a gente não tem conseguido intervir ainda na sociedade, por isso que algumas pessoas falaram: - "Ah! Mas vai fazer uma audiência pública sobre isso de novo". A gente vai precisar cansar algumas pessoas até nós sermos ouvidos, porque enquanto nós não formos, então, a gente vai precisar manter essa situação ou usar um outro tipo de argumento.

Eu queria aqui registrar também e agradecer a presença do Deputado Cláudio Carvalho, que está aqui conosco, os Deputados estão ali todos reunidos, se o senhor quiser sintasse convidado para vir aqui compor a Mesa conosco, estão ali reunidos analisando uns projetos, aguardando aqui a nossa sessão. Então, para a gente não se prolongar em razão do tempo, eu queria aqui passar a palavra para o representante da Secretaria da SESDEC, que possa também fazer aí a sua saudação, se quiser fazer algum comentário.

O SR. AILTON CÂNDIDO – Boa tarde a todas! falar para uma plateia feminina sabendo que nós estamos em menor quantidade, se tem até que medir um pouco mais as palavras. Mas a Secretaria de Segurança, como não poderia deixar de ser, ela não foge à responsabilidade de desenvolver as suas atividades para que haja a devida proteção às senhoras, às mulheres.

Eu queria só abrir um parêntese aqui para mencionar que talvez algumas não saibam, mas esse trabalho de proteção das mulheres e até de auxílio no custeio das atividades de segurança pública para as mulheres tem havido sempre um empenho grande, não só de audiências como essas, mas efetivamente questão orçamentária. E há uns dois meses, se não me falha a memória, ou três meses, a Deputada Epifânia, ela fez uma emenda parlamentar e nessa emenda ela destinou um veículo para instrumentar a Delegacia da Mulher aqui na capital. E são atitudes como essa também que auxiliam a Secretaria de Segurança a implementar aquilo que nós entendemos que é viável para preservar os direitos das mulheres. Também num breve relato queríamos mencionar, que a Secretaria de Segurança, ela firmou com a SENASP, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, um convênio no final do ano 2013 na ordem de seiscentos mil reais e nós estamos aguardando a liberação desse valor para também aplicar em benefício das mulheres.

Nos últimos tempos também nós fizemos um convênio com a SENASP que é para implementar a delegacia móvel, não sei se a Deputada tem conhecimento desse projeto. Essa delegacia móvel, ela será montada em cima de uma estrutura de um ônibus comum, mas completamente adaptado como se fosse uma delegacia realmente, com sala para delegada ouvir a mulher vítima da agressão, uma sala para funcionar como cartório e tudo aquilo que é necessário para que possa ser feita a atividade, não só num ponto fixo, mas em toda a capital, de acordo com a demanda, de acordo com a necessidade essa delegacia móvel ela estaria fazendo ações intercaladas nos

bairros da capital, a princípio aqui em Porto Velho, porque o convênio só fala em uma unidade e posteriormente ele seria desenvolvido para todo o Estado de Rondônia para que haja uma proximidade maior das atividades da Secretaria com a mulher, que muitas vezes a mulher não tem coragem de ir na delegacia e dar parte, como se diz, dar parte do marido.

Então, essas atividades desses projetos, é aquilo que nós estamos preparando para colocar nas mãos das delegadas para que possam também atender ao interesse das senhoras. Uma outra questão que eu queria até aqui comentar e a gente às vezes fala, eu não conheço muito bem a realidade de Porto Velho, mas enquanto eu estive lá em Vilhena, trabalhando em Vilhena, a Prefeitura de Vilhena, ela montou uma casa de apoio psicológico às mulheres, todas as mulheres vítimas de agressões, enquanto elas eram atendidas e após o atendimento na Delegacia de Polícia, ao invés de voltar para casa, evidentemente quando não era conseguido uma medida cautelar para prender, deter o agressor, a mulher, ela ficava hospedada nessa casa de apoio, aonde recebia vestuário, recebia um apoio psicológico e tudo aquilo que era necessário para que ela pudesse se adaptar à nova realidade que ela estava vivendo e que evidentemente não era do gosto de ninguém. Eu não sei se aqui em Porto Velho tem algo semelhante. Tem? Tem, então, então é algo, são medidas que eu creio que deveria até ser mais intensificada para poder auxiliar nesse trabalho.

Eu trouxe aqui também uma estatística acerca dos dados de violência das mulheres e esses dados não são, por assim dizer, agradáveis. No período de 2011 até 2014, delitos como difamação, ameaça são os que tiveram os maiores, os maiores registros nas delegacias da capital e do interior e durante esses quatro anos esses números não melhoraram, não melhoraram e a gente quer crer ainda que até esse número, ele vai flutuar um pouco mais, porque, a bem da verdade, é que há uma certa timidez das mulheres em registrar as agressões, talvez por medo do marido, às vezes por dependerem financeiramente do marido, às vezes por pensar nos filhos e o fato é que muitos casos de violência não são levados ao conhecimento das autoridades e situações, audiências como estas é que dão até uma força moral às vítimas de verem que há um interesse dos órgãos públicos de auxiliarem elas, não só de boca, mas de medidas efetivas para que os direitos delas sejam preservados.

Eu acho que, além de audiência como esta, mas uma campanha mais intensa no sentido de esclarecer para mulheres que esse direito, ele não pode ser deixando em segundo plano por pensar no filho, por pensar que ela vai, ela é dependente do marido, ela precisa ser, ela precisa entender que esses direitos de filho, de guarda e a dependência financeira do marido, ela pode obter independentemente de estar vivendo debaixo do mesmo teto. A medida, tanto medidas judiciais ou medidas que a Polícia pode implementar, que pode tranquilamente preservar o direito dela, acho que isso é que inibe também um pouco e cabe a nós aqui, tanto autoridades policiais, Secretaria e Deputados, levar uma linguagem um pouco mais clara para que as mulheres possam não ficar pensando apenas que um registro de uma ocorrência vai fazer com que elas percam a guarda do filho ou deixe de receber algum recurso que o marido precisa dar a ela. Mas que independentemente de uma demanda judicial ou policial, mas que esses direitos não serão afetados, muito pelo contrário, eles serão preservados com medida que o próprio delegado pode implementar ou requerer diretamente ao Juiz. Eu acho que é nesse sentido que a gente precisa caminhar. Obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Deputada, registrar a presença do Senhor Cristiano Correia de Paula, psicólogo, representando o Juizado de Violência

Doméstica. Esteve aqui conosco também o Exmo. Senhor Deputado Cláudio Carvalho. Registrar também a Senhora Betânia do Centro de Referência.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Concedo a palavra agora à Coordenadora de Políticas para Mulheres do município, a senhora Vanusa.

A SRA. VANUSA MACHADO – Boa tarde. Cumprimento a Mesa e a todos aqui presentes, em nome da nossa Deputada Epifânia Barbosa. Eu quero agradecer pelo convite e dizer que nos colocamos à disposição para estar somando nessa luta de violência contra as mulheres. Muito obrigada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Concedo a palavra agora à senhora Zilene Rabelo, Secretária Adjunta da Secretaria de Assistência Social do Estado de Rondônia.

A SRA. ZILENE RABELO – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar aqui a Deputada Epifânia e parabenizá-la que a cada ano ela vem intensificando esta luta a favor do direito humano da mulher de viver sem violência. Parabéns, Deputada! Parabéns aos demais membros desta Casa que apoiam a senhora nessa intenção.

Cumprimentar aqui o nosso representante da SEDESC, a coordenadora municipal da Coordenadoria da Mulher do município e Porto Velho e cumprimentar as mulheres batalhadoras que estão na plateia, que são atrizes nessa luta de garantir o direito das mulheres de viver sem violência, o direito das mulheres de serem inseridas tanto socialmente, quanto economicamente. E dizer que a Secretaria de Estado da Assistência Social, em nome do nosso Secretário Márcio, pede desculpas de não estar aqui porque teve uma viagem urgente, Deputada, a Brasília para tratar de agenda sobre habitação, mas mandou um cumprimento a todos.

Como sabemos, a SEAS, é o organismo estadual que tem a responsabilidade de implantar e implementar uma política estadual de garantia de direitos para as mulheres. A SEAS, ela organicamente está estruturada com uma Coordenação de Direitos Humanos e dentro dessa Coordenação de Direitos Humanos, nós temos uma gerência de Direitos Humanos e o Núcleo de Políticas para as Mulheres. Este Núcleo de Políticas para as Mulheres, a gente reconhece que vem trabalhando muito lentamente na implantação, na implementação da política dentro do nosso Estado, porém é intenção nossa e já estamos trabalhando na implementação desse Núcleo e que provavelmente é intenção que se transforme em uma Coordenadoria. Então, é intenção do Governo já transformar este Núcleo da Mulher em uma Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres.

Todos nós sabemos também que esse mesmo Núcleo estando um pouco lento, digo assim, não é, caminhando devagar, a passos lentos, nós já conseguimos efetivar algumas ações e que as nossas ações elas vêm seguindo a política nacional, principalmente em dois eixos prioritários que a gente acha que devem ser implementados, que é o eixo da promoção da autonomia das Mulheres e o eixo de enfrentamento à violência das mulheres. Nesse eixo dentro da Política Nacional nós temos o programa *“Mulher viver sem violência”*, com diversas ações que estamos procurando implementar em Rondônia, aqui eu destaco; a *“casa da Mulher Brasileira”*, que nós estamos com várias tratativas, cada Estado, capital do Brasil vai ser uma parceira da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres juntamente com o Governo do Estado e Município de implantar uma Casa da Mulher Brasileira. O que é essa Casa? Essa Casa é onde vão concentrar todos os serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres vítima de

violência. Teremos lá dentro dessa Casa a Delegacia Especializada da Mulher, vai para lá a Promotoria, a Justiça, a Vara de enfrentamento à violência, a Secretaria Estadual, Municipal. Então todos os serviços que vão atender a mulher vítima de violência vão estar dentro dessa Casa.

Esse projeto já tem mais de ano que estamos nessas tratativas, aí às vezes a gente pode até se perguntar: - Poxa, mais de ano e não constrói? Porque é um projeto muito grande, é um projeto onde o arquitetônico dele é padrão para todo o Brasil, porque ele tem que dar qualidade ao atendimento e tem que abrigar qualidade de trabalho para as pessoas que vão estar lá dentro. Então é exigido para a construção dessa casa um mínimo de oito mil metros quadrados.

Nessas várias tratativas que já tivemos com o município e o Estado já colocamos, o Estado já colocou vários terrenos à disposição e destes nenhum atendeu, porque tem outros critérios, não pode terreno muito afastado, tem que ser próximo às demais redes de atendimento. Então, teria que ser praticamente no centro mais urbano da cidade. Então, os terrenos que o Estado tem disponível com esse tamanho realmente ficaram um pouco afastados, e aí o município também já disponibilizou todos. Nessas tratativas conseguimos que viesse aqui um engenheiro civil da Secretaria de Política, da SPM Nacional, e esse engenheiro já avaliou os terrenos, tanto do Estado quanto do município, e ele indicou já dois terrenos que são dos municípios e a Ministra já enviou ofício ao nosso Prefeito Mauro Nazif e estamos aguardando um posicionamento da Prefeitura para então iniciarmos a questão de todo o conveniamento para iniciar a obra.

O Governo Federal entrará com a questão da obra civil e a equipamentação, o Governo do Estado tem a responsabilidade de toda a infraestrutura, da manutenção dessa infraestrutura e principalmente dos recursos humanos. Então, a manutenção de equipes você sabe que é mais difícil. Então, quando a gente vê Estado, eu me refiro às demais esferas, não só o Executivo, mas o Judiciário que deve estar lá, Ministério Público. Então todo esse pessoal, esses recursos humanos o Estado tem que adequar.

Então, passadas essas tratativas em relação ao terreno, iniciaremos, eu acredito que no próximo ano, dentro do terceiro trimestre, a gente já tenha uma resposta do Prefeito Mauro. Ah! Desculpe, primeiro trimestre, obrigada, Deputada, pela correção. Então, no primeiro trimestre eu acredito que já teremos uma resposta. Aí tem um outro projeto que o Estado, em conjunto com a Secretaria Nacional, implementou e conseguimos iniciar, que são as Unidades Móveis para atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta. Esse projeto das Unidades Móveis, ele é um ônibus adaptado para circular na zona rural, ele utiliza mais ou menos o chassi de um ônibus escolar e ele é adaptado, tem a parte onde viajam os técnicos, tem duas salas de atendimento, privadas, tem cozinha, então ele é todo adaptado, e tem toldos para fazer as ações educativas, cadeiras que pode colocar na parte externa dessa Unidade. Então esse projeto ele exige que no Estado tenha a sua gestão, seja feita por um fórum, então nós criamos aí o Fórum Estadual de Enfrentamento da Violência às Mulheres do Campo e da Floresta. O nosso fórum foi criado por decreto em março de 2014 e em julho de 2014 nós o implementamos, e a partir daí houve várias reuniões, já conseguimos implementar um plano de ação para iniciar os serviços dessa Unidade Móvel e desse plano nós já conseguimos realizar uma capacitação de técnicos da rede, onde participaram todos os componentes do fórum, que são tanto da sociedade civil quanto do Governo, técnicos da SEAS, psicólogos, advogados, assistente social, todas as delegadas das Delegacias Especializadas da Mulher, tanto da capital como do interior, todas as Delegadas participaram e todos os representantes regionais da SEDUC,

além de outros técnicos de outros órgãos que quiseram estar presentes.

E essa Unidade Móvel, gente, fez parte da programação dos dezesseis dias de ativismo que nós estamos encerrando hoje com esta belíssima Audiência Pública. Ele ontem foi a saída, a apresentação para a sociedade, a saída para a primeira viagem. Então, a nossa equipe ontem foi com esta nossa Unidade até o distrito de Jaci Paraná, ontem e hoje a equipe esteve lá e ele está estacionado aqui na frente, eu trouxe ele pra cá, se der depois quem não conhece e quiser conhecer, ele está aí na rua, estacionado aqui na frente.

Então, gente, nós estamos realizando várias atividades dentro dos eixos da política. Quero informar também que o Núcleo lá da Mulher, nós já estamos com três projetos elaborados para apresentar na Secretaria Nacional a partir de fevereiro quando serão abertos os editais. Esses são projetos muito amplos, é um projeto que a gente elaborou chamado: “*Mulher do Norte, Mulher Forte*” onde nós vamos ter ações desde a promoção da autonomia das mulheres e ações também para enfrentamento à violência. Essas ações de enfrentamento à violência, que vão do combate à assistência e à prevenção. Então, muitas ações que a gente tem programado. E como o tempo está curto, não é, Deputada? eu quero finalizar aqui, já resumi bastante o que eu tinha preparado aqui, e dizer que o Estado está agindo, estamos trabalhando em parceria com todos os órgãos envolvidos, inclusive com a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, que é a Deputada que faz parte e trabalhamos com o Judiciário e o Legislativo, já citei todas as Secretarias do Governo do Estado. E assim estamos seguindo em frente, temos muito a fazer e temos muitos desafios e estamos dispostos aí a enfrentá-las.

Muito obrigada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada, Secretária, e a todos que fizeram uso aqui da palavra.

Eu só queria lembrar, compartilhar com todos, que esta Audiência, como a Secretária falou, ela finaliza essa nossa ação dos dezesseis dias de ativismo, e essa programação toda durante esse período ela foi idealizada pela Rede de Enfrentamento à violência Contra as Mulheres. E essa Rede de Enfrentamento, hoje, participam ativamente o Ministério Público do Estado de Rondônia. Nós tivemos inclusive nossa última reunião do ano, que aconteceu a cada trimestre, agora no dia 04 de dezembro, e compõem o Ministério Público através da Promotoria da Mulher, o Juizado da Violência Doméstica Contra a Mulher, Defensoria Pública do Estado de Rondônia através do Núcleo Maria da Penha, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, a DEAM, a CREAS Mulheres Sonho de Liberdade, Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Só lembrar a Secretária, aqui, que na verdade a nossa atuação política ela se dá pela questão ideológica e a gente utiliza o mandato para fazer as intervenções que a gente acredita, e eu sou suplente da Comissão que trata dos Direitos da Mulher. Então, isso prova que a gente necessariamente quando quer participar e quer brigar não precisa necessariamente estar à frente. É uma questão de que nós somos movidas por algo. É a Mara que compõe a Comissão de Direitos Humanos e tem participado na Comissão, que atua nesta Comissão de Direitos Humanos.

A Prefeitura do Município de Porto Velho, através da Coordenadoria de Política para as Mulheres, Secretaria Estadual de Assistência Social, Secretaria Municipal de Assistência Social, o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo e da Floresta, criado agora recentemente, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, o Conselho Estadual de Direito de Defesa da Mulher e a ANGEVISA. E também nós tivemos, inclusive nesta última reunião, a presença do Major da PM também que participou conosco, como

é o nome dele, Betânia? O que era daqui da Assistência Social, ele agora está na Formação. Ele esteve lá, inclusive uma boa participação. E assim, só para destacar, esses órgãos que compõem esses órgãos, que compõem a Rede de Enfrentamento, a gente olhando assim, para quem está nesta luta há bastante tempo, sabe que são órgãos recentes, são órgãos a maioria deles criados há dez anos, aqui a questão da Defensoria Pública foi criada ano passado o Núcleo Maria da Penha, tanto a Coordenadoria quanto o Conselho de Defesa de Direito da Mulher no Município de Porto Velho, o Centro de Referência, são todos há dez anos, a gente completou dez anos agora recentemente. Então, são lutas que nós viemos travando há bastante tempo, mas só agora nós estamos conseguindo efetivar algumas políticas públicas. Mas é um grande avanço que nós já temos. E para a gente compartilhar aqui um pouco desta história de luta e tratar um pouco aqui da questão conceitual, eu vou convidar a Benedita Nascimento, conhecida Bené, que faz parte também desta história aqui junto conosco de luta, dessas conquistas para conceituar um pouco essa questão dos direitos humanos em relação às Mulheres e as suas várias formas aqui de violência, que aqui neste ato está representando o Centro de Populações Tradicionais, o CPT Cuniã, para fazer uma fala, vai ter que ser bem breve, não é, Bené? Eu não sei qual foi o tempo que lhe foi dado, mas eu vou dar dez agora, no máximo, para depois a gente também abrir aqui para algumas colegas nossas. Isso. O Major Marrielle, que é o Capelão da PM também, é um grande Psicólogo que esteve conosco lá, a gente já o conhece de outras batalhas de dependentes químicos. Esteve lá conosco agora para ver se a gente consegue superar a dependência da violência que algumas têm, e que alguns homens têm essa dependência de bater em mulher. Eu não sei por quê. Bené, é com você.

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO – Boa tarde! Quero cumprimentar aqui, em nome da Deputada Epifânia, todas as Mulheres, companheiras que estão aqui nesta Audiência e também os nossos parceiros e parceiras da Mesa: a Zilene, a Vanusa e o Assessor do Secretário.

Vou tentar ser bem breve. Eu vou começar pelo final da fala. Como o tempo reduziu, e a gente traria abordagem sobre os Direitos Humanos das Mulheres do campo e da cidade, uma abordagem um pouco diferente, mas é então assim. Eu não vou falar aqui neste momento, até pelo tempo, eu não vou tratar desse assunto, dessa questão específica da violência, embora que obviamente que tudo o que foi colocado aqui tem uma relação muito grande e complexa com a questão da violência na perspectiva de gênero. E aí eu vou fazer um achatamento aqui desta fala por conta do tempo. Mas dizer que é muito importante que esses espaços se mantenham. Fico feliz por estar vendo caras novas nesta trajetória, não tão novas, mas bastante novas, não é? Mas, então, eu fico muito feliz. Acho muito importante a gente continuar utilizando este espaço de audiência, criar um Fórum Interinstitucional Parlamentar de enfrentamento à violência contra a Mulher, unindo Câmara e Assembleia, que são as Casas de Leis que pautam as políticas públicas, definitivamente.

Então, eu acho que a gente pode estar pensando nisso, eu já comecei e estou dizendo para vocês que vou começar pelo final porque a pergunta que eu iria fazer, qual de fato são as estratégias que nós temos para enfrentar a violência ou assegurar os Direitos Humanos das Mulheres do campo e da cidade. Quais são essas estratégias? E aí eu vou dizer para vocês que em que pese a gente ter aí desde 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda essa história, e hoje é o dia que se comemora o Dia Mundial dos Direitos Humanos, somente muito tempo depois é que a gente conseguiu ter uma

Declaração Universal que focasse as Mulheres no contexto dos Direitos Humanos. Então, é importante a gente ter noção disso. E hoje se nós temos um Dia 10 de Dezembro comemorando o Dia Mundial dos Direitos Humanos, ou, pelo menos, fazendo alusão por conta das barbáries que a II Guerra trouxe para nós, hoje isso não é motivo de comemoração, hoje isso é motivo de dor, de tristeza, numa sociedade moderna, dita moderna, civilizada, em pleno ápice de desenvolvimento, não dá mais para a gente aceitar este convívio com a violência direta, cotidiana na vida das nossas Mulheres, nem do campo, nem da cidade. E aí, tratando-se especificamente, porque eu acho que é interessante a gente fazer esta abordagem, gostei muito da perspectiva de olhar este tema da temática dos Direitos Humanos na perspectiva das Mulheres do campo, porque a gente pouco trata e a gente já sabe o porquê, eu não vou ficar aqui repetindo. A gente sabe porque a gente não trata dessas questões focando um pouco a mulher trabalhadora rural, camponesas, quilombolas, indígenas. Porque realmente se nós até três décadas atrás nós éramos invisíveis, e a violência era invisível no nosso espaço, imaginem isso no espaço da floresta e do campo. Ainda é invisível, hoje ainda é muito invisível. E elas, e aí quando a gente vai tratar dessa questão da violência e dos Direitos Humanos, para as mulheres do campo, para as mulheres da floresta, para as mulheres da cidade, esse olhar tem que ser diferenciado, embora o contorno dessa violência ela não tenha muita diferença, o contorno da violência cometido contra as mulheres seja do campo, seja as mulheres que estão no campo, na floresta ou na cidade não tem muita diferença, mas tem contextos específicos diferentes, porque o enfrentamento que essa mulher trabalhadora rural já tem consigo no cotidiano dela, porque tem que lutar pela terra, pela propriedade da terra, tem que lutar pelo direito da terra, tem que lutar pelo direito ao acesso à água, tem que lutar pelo direito ao acesso à biodiversidade, tem que lutar e resistir ao avanço mercantil capitalista do poder econômico sobre a floresta que é o espaço de moradia dessa mulher. Portanto, na sua singularidade, a mulher do campo ela já tem o contexto muito, muito recheado de violência, e a gente assim, nem toma conta, se toma tento disso.

Aí vou dizer para vocês que aqui na Amazônia nós temos uma coisa muito importante que acontece com a gente aqui conosco, povos amazônidas, e mulheres amazônidas, que é o que a gente está vendo de perspectiva de modelo de desenvolvimento para a nossa região, quando a gente tem aí os avanços das construções de grandes obras e principalmente as hidroelétricas para garantir o sistema e uma matriz energética para o País e garantir a pauta da modernidade que nós colocamos no nosso cotidiano imperativamente. Nós, mulheres, queremos também a modernidade, mas como que essa modernidade nos alcança? Como é que essa modernidade nos alcança? Expropriando as mulheres, as outras mulheres e seus filhos e suas famílias do campo, da floresta? Porque é isso que acontece, infelizmente, é isso que acontece. E essa violência ela não é tratada sobre a ótica da violência na perspectiva dos Direitos Humanos porque ela é uma pauta da sociedade, ela é uma pauta de interesse de todos nós. Quem é que não quer ter energia? Apaga aqui, desliga aqui para ver. Sai todo mundo correndo. Some aí, o negócio ao o zap-zap, os tablets, todo mundo fica perdido.

Então, há um contexto de violência nessa sociedade que a gente chama de civilizada e moderna que hoje nós estamos vivendo e que a gente não se dá conta, infelizmente, a gente não se dá conta, mas isso tem muita significância, não só na vida da mulher urbana, da cidade, como principalmente na vida da mulher do campo. Essa mulher do campo, gente, que não tem muitas vezes o acesso à educação, o acesso, porque assim, eu não estou dizendo que não tem políticas públicas,

tem políticas públicas de saúde e educação, mas nós precisamos assegurar que essas políticas públicas elas tenham a sua efetividade e alcancem essas mulheres, as mulheres precisam acessar essa política. Então, se uma mulher hoje urbana tem dificuldade de ir à escola, tem dificuldade de estar no mercado de trabalho, vocês imaginem a mulher da floresta, uma mulher do campo, uma mulher camponesa. Fora isso, nós estamos agregando a essa mulher camponesa todo o contexto estereotipado de uma sociedade, de uma comunidade muito conservadora, porque é uma comunidade de trabalhadores rurais, é uma comunidade com uma cultura que a gente às vezes considera atrasada, não é? Atrasada. E realmente você tem nesse contexto onde a mulher trabalhadora rural, a mulher camponesa, a mulher indígena, a mulher quilombola, enfim, sertaneja, beiradeira, ribeirinha, nesse contexto que essa mulher está ela tem isso mesmo, ela tem esses preconceitos que nós temos aqui da Anita, que diz: “que a gente tem que se arrumar e andar com decore, porque senão nós temos sim que ser estupidadas.” Esse conceito, essa fala de agressão a nós mulheres, essa fala, isso é pior no campo para essa mulher que está no campo, por conta de que nós na sociedade fazemos essa divisão, essa divisão não só cultural e social do trabalho, mas essa divisão é histórica dos territórios que: “mulheres, os povos do campo, da floresta têm um outro tecido cultural e social e nós da cidade também”.

Então assim, eu quero dizer para vocês, gente, o que nós precisamos fazer para avançar. E já finalizando, porque a Vera falou aqui que tem que finalizar, quais são as nossas perspectivas e estratégias para a gente avançar no campo da defesa dos Direitos Humanos para as mulheres tanto da cidade como da floresta e do campo.

Primeiro, nós precisamos pautar a visibilidade das violências praticadas contra as mulheres e essa visibilidade, esses dados precisam vir aqui, precisam estar soltos, precisam estar em todos os lugares, sem os dados nós não temos como pressionar os Governos para que eles possam estar implementando política pública. Nós precisamos escrever, pesquisar, a pesquisa ela não precisa ser só científica, o Fórum Estadual de Violência, tanto do campo como da cidade, o Fórum de Enfrentamento aqui local, pode estar trabalhando nessa perspectiva de estar pesquisando esse cenário da violência contra a mulher. Porque se a gente não tiver dados, a gente não tem como enfrentar isso.

Então, isso é uma coisa, e com relação às mulheres do campo chama atenção, não tem dados, e aí a dificuldade de se ter uma proposta, uma agenda de desenvolvimento capaz de dar conta, capaz de assegurar a plenitude e a dignidade da mulher do campo, da mulher da floresta, na sua condição de cidadania. Uma outra questão que é importante, que eu penso que merece o destaque, é a gente avançar naquela agenda da emancipação política das mulheres, mas, sobretudo, assegurar a participação feminina na política. Se a gente não tiver mais mulheres no Parlamento, nos Governos, vai ser muito difícil. Sabe por quê? Porque nós vamos ter o Bolsonaro falando: “que pode estuprar, que pode estuprar as Marias”. Não é, gente, que vergonha! Como é que a gente tem um Parlamentar desse representando o povo brasileiro, gente. Nós temos que ter mais mulheres no espaço de poder, fazendo política para a gente enfrentar esse mundo que não é o mundo imaginário do machismo, é o mundo da violência que é praticada cotidianamente em nossas vidas. E vou dizer para vocês, eu tenho só 30 anos de militância nesse cenário e eu fiquei extremamente chocada ontem quando eu vi na rede social essa fala do Bolsonaro, não só contra as mulheres, mas contra os negros, os homossexuais.

Então, assim, o País avançou tanto, gente, a gente saiu do mundo da ditadura, nós chegamos num processo de pós-

redemocratização desse País, nós alcançamos lutas centenárias e a gente tem hoje no Século XXI um parlamentar que faz a defesa da violência praticada contra as mulheres, ele fez a defesa, ele assumiu ser estupro, infelizmente foi isso que ele fez. E isso, gente, para os nossos filhos e filhas não é bom, isso não é bom, porque é ele que está lá escrevendo leis.

Eu quero finalizar já agradecendo pelo convite e dizer que estou à disposição, que só para dizer para vocês porque nós mulheres, dentro da perspectiva dos direitos humanos, temos que pautar essa perspectiva de gênero, não é? Primeiro, porque essa questão dos direitos humanos passa a ser, a partir da Convenção da Mulher, uma obrigação dos Estados signatários, da Comissão sobre a eliminação de todas as formas de violência e discriminação contra a mulher, e isso também está constituído na plataforma de Pequim. Porque nós mulheres contribuimos de forma efetiva para a economia e para o desenvolvimento deste país. Porque os impactos positivos ou negativos do desenvolvimento refletem não só na vida dos homens, mas na vida das mulheres, das crianças, dos jovens e dos idosos e da família, em toda sociedade. Porque as mulheres são o veículo mais efetivo e seguro para erradicar a pobreza deste país e isso já está comprovado. Significa dizer que a gente tem plenas condições de prevenir a perpetuação da pobreza e da violência intergeracional na sociedade brasileira. E, por fim, porque nós mulheres temos plenas condições de assegurar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres na sociedade.

Então, é isso que eu queria assim, de uma forma muito, eu fiz, na verdade, um achatamento mesmo, enxuguei um monte de coisa para tentar dialogar aqui com vocês. Coloque-me à disposição e quero parabenizar a Deputada pela sua capacidade de articulação, conexão, Deputada Epifânia, de ter carregado isso no seu mandato de parlamentar, e digo para vocês, pelos meus trinta anos de história, de luta neste Estado, nesta região amazônica, nesta cidade, é a primeira vez que eu vejo uma Deputada, uma mulher trazer para a pauta do Parlamento a questão de gênero, a questão feminista e a questão da violência contra a mulher. Por isso, eu aqui encerro, pedindo uma salva de palmas para a nossa Deputada Epifânia.

Muito obrigada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada, Bené, obrigada pela contribuição e pelas palavras carinhosas de reconhecimento do nosso trabalho. Eu quero aqui também registrar e agradecer a presença do nosso Deputado Estadual Ribamar Araújo que, em vários momentos, tem compartilhado conosco também essa temática. E a Bené falou de algo que eu deixei para tocar aqui no final, mas só para a gente também poder compartilhar e aprofundar esse tema. Hoje, pela manhã, a Comissão da Verdade que foi instalada em 2012, fez a entrega hoje do relatório final para a Presidenta Dilma Rousseff. Todos sabem que nós, este ano, completamos 50 anos, infelizmente, de tortura que nós tivemos em razão da ditadura militar, há 50 anos, completamos com muita tristeza esse marco histórico do nosso país e foi entregue hoje esse relatório de trabalho da Comissão da Verdade. E, obviamente, a Presidenta Dilma, ao receber, se emocionou e vou só destacar um trecho da fala dela que diz assim: “O Brasil merecia a verdade, as novas gerações mereciam a verdade, sobretudo aqueles que perderam familiares, parentes, amigos, companheiros e continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia”.

Durante a pausa, a Presidenta Dilma foi aplaudida e eu estava assistindo a reportagem e, enquanto a Presidenta Dilma falava, e aí eu disse assim, eu acho que ela vai se emocionar, porque eu já estava me emocionando. E quando ela se emocionou, então fica muito claro para a gente que eu acho

que uma pessoa, principalmente uma mulher, quando ela é agredida, ela nunca esquece, principalmente, nenhum de nós tem noção do que ela passou na ditadura, de como é que ela sofreu as várias formas de violência e isso a gente nunca esquece. E às vezes a gente é violentada por uma palavra, uma palavra de um companheiro que convive conosco, que nos agride, a gente nunca esquece aquilo, você imagine quem passa por um processo de tortura como essa. E quando a Bené fala sobre essa questão do Deputado Federal Bolsonaro, é um retrocesso na nossa vida, na nossa luta pela democracia porque ao mesmo tempo em que nós temos uma mulher que é Presidenta da República, que foi brutalmente violentada, como tantos outros, como mais de quatrocentos foram violentados, que é o que compõe o relatório da Comissão da Verdade, que passaram por tudo isso, que nós elegemos um representante, que é entregue um relatório nesse dia, no dia anterior nós temos um representante democraticamente eleito e insultando a nossa democracia, colocando a violência à frente de todo um processo que a gente tenta retroceder por tudo o que a gente vivenciou. Isso realmente é um atraso. Nós não podemos achar que isso é algo comum, não é algo comum, não é algo que deva fazer parte da nossa vida e nós temos que nos manifestar, nós temos que protestar. Eu acho até que um encaminhamento desta Audiência seria nós nos manifestarmos, fazer um manifesto em defesa da nossa Deputada Federal, da Rosário, que coordenou todos os trabalhos de direitos humanos aqui no país e que teve um grande avanço nesses últimos anos, principalmente com a instalação da Comissão, que isso não possa ser algo que deva fazer parte da nossa democracia, da nossa vida. Eu queria fazer essa proposta aqui e que nós, homens e mulheres, não tenhamos, como a Presidenta Dilma diz, medo da verdade, que a gente precisa escrever sobre isso, que a gente precisa compartilhar e não permitir que isso volte aos nossos dias. E aqui também, para finalizar, infelizmente, eu não sei se a Betânia gostaria de falar ou alguma aqui. Alguém gostaria? Vou então, só passar para a Mara, que nós temos que finalizar, os Deputados já estão aqui aguardando para poder fazer a Sessão. Eu vou só finalizar, aqui, compartilhando, essa é a minha última participação aqui na Assembleia, em termo de Sessão, possivelmente nós tenhamos uma Extraordinária ainda em janeiro, mas efetivamente no nosso mandato, aqui numa Audiência Pública, que nós elegemos sim, por tudo que a gente tem de concepção, tudo que nós militamos na nossa vida pública em relação às mulheres, sempre fazendo o eixo da educação, que eu acredito sempre que a educação está à frente de tudo e quando eu digo aqui, quando eu disse no começo que os jovens ainda estão violentando, ainda estão matando, é porque a nossa educação permanece a mesma. A gente não conseguiu evoluir em termos educacionais, por isso que as concepções, a cultura que as pessoas têm são as mesmas. E aí elas ficam reproduzindo culturalmente porque a nossa educação permanece a mesma, então não tem como evoluir. Nós fizemos assim, tentamos trabalhar aqui na Assembleia sempre fazendo todas as nossas ações paralelas à educação. Então aqui, do ponto de vista do enfrentamento à violência contra as mulheres nós realizamos três Audiências Públicas, essa aqui já é a quarta e dizer aqui para o Governo do Estado que todas as vezes que nós estivemos em reuniões, seja nas SESDEC, seja na Secretaria, seja na Rede de Enfrentamento que nós pontuamos, as vezes somos bastante críticas, as vezes até um pouco severa, era sempre em defesa de tudo aquilo que a gente vem vivenciando e vem observando e a gente estava aqui, foi eleita para isso exatamente, para ser a voz daqueles que estão sendo oprimidos, que precisam de políticas públicas. Eu fico feliz de estar nesta última audiência e de ter ouvido informações positivas da parte do poder estadual e vocês bem

sabem que parte disso tudo que está acontecendo, praticamente todas nós que estamos aqui, algumas que não puderam vir, sempre pleiteamos isso.

Então, é importante que vocês possam manter esse foco e evoluir cada vez mais neste assunto, então as audiências públicas foi um instrumento que nos instrumentalizou, que nos deu informações para que a gente pudesse exercer o mandato e pleitear junto aos Poderes melhorias em relação ao combate à violência. Nós aqui também tivemos duas leis, uma que repudia o combate à violência através da divulgação dos dados nos órgãos públicos, e também sobre a implantação no currículo escolar do conteúdo da Lei Maria da Penha para que a gente pudesse aí mudar um pouco essa questão da cultura, e que felizmente eu estive lá na Conferência Nacional de Educação e compartilhei isso na nossa última reunião de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres que agora na Conferência Nacional foi acatado também por todos os delegados que essa lei ela deve ser colocada no Plano Nacional e ser trabalhado em toda Federação o conteúdo da Lei Maria da Penha no currículo escolar.

Então, como se diz, de Rondônia para o mundo, a gente fica feliz com isso também. Além de fazer a lei, a gente terminou praticamente fazendo a formação, a primeira formação dos professores também para que eles pudessem ter um pouco mais de segurança ao trabalhar o tema, participamos aí efetivamente na formação também do Judiciário, de toda Polícia Militar, principalmente os que estão iniciando na carreira, para que eles também pudessem ter todas as informações no tratar melhor sobre essa temática das mulheres. Participamos da instalação do Fórum Estadual de Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta, sempre participamos dos 16 dias de ativismo. Temos procurado apoiar a Delegacia DEAM que embora seja a instituição pública mais antiga que nós temos que trata sobre essa questão da violência, que é a porta de entrada aqui, infelizmente é o órgão que nós temos mais deficitário em termos de infraestrutura e que a gente vem pleiteando ao longo do tempo para que elas estejam melhores colocadas, que tenham mais profissionais, que elas tenham melhores condições de trabalho, para que tenham mais delegadas, que não seja só em Porto Velho, que isso se estenda aos outros municípios. O Ailton trouxe alguns dados aqui, eu tenho certeza que se nós tivéssemos nas Regionais as Delegacias e os Conselhos Municipais esses dados iriam lá para cima, os dados que nós temos eu tenho certeza que são alarmantes, mas nem corresponde a uma realidade porque é muito maior que isso, e uma das formas que além da gente fazer o debate, de tentar levar o conhecimento como uma necessidade para o Executivo a gente também através do nosso mandato colocou à disposição aí, como o nosso representante já falou, um veículo, uma camionete que possibilita a partir de agora a delegada e toda sua equipe fazer as ocorrências na área rural aqui do nosso município de Porto Velho.

Fiquei feliz com essa notícia da unidade móvel aqui para a área urbana, isso é excelente, é uma ótima notícia para todas nós. A Ação Civil Pública, a gente terminou compartilhando essa necessidade e apoiando o Ministério Público, todas as instituições que compõem a rede de Enfrentamento apoiaram o Ministério Público não no sentido de punir o Estado, mas de fazer com que o Estado pudesse agilizar um pouco mais a infraestrutura para a DEAM e hoje conseguimos avançar em alguns pontos por conta disso, não é. Realizamos aqui várias outras ações, eu não vou me prolongar mais, mas uma coisa que também nos chamou muito a atenção que a gente no período das cheias, Secretária, nós fomos nos abrigos para fazer um outro trabalho mais na questão social mesmo para apoiar as famílias e nós detectamos lá a maioria das mulheres, as que estavam no abrigo, porque os homens iam trabalhar e

a maioria estava desempregada ou era empregada e teve que abandonar o emprego para ficar com os filhos no abrigo, porque o homem não abandona o emprego, a mulher que abandona sempre para resolver essa questão dos filhos, e muitas delas lá relataram essa questão da violência e algumas são empregadas domésticas porque não têm nenhuma habilidade, e quando a senhora coloca também aqui essa perspectiva que o Estado está trabalhando, fazendo esse enfrentamento, levando inclusive essas ações que nós terminamos levando para o abrigo para a gente também, é bom ouvir e saber que o Estado em relação ao enfrentamento não só da punição, mas está criando outros mecanismos, eu volto a dizer que a educação precisa interagir em relação a isso.

Enfim, nós tivemos várias ações aqui em relação a essa temática sobre a política para as mulheres e que para a gente foi um momento muito oportuno, eu saio daqui deste mandato em relação a esse tema às vezes frustrada, um pouco frustrada porque a gente não conseguiu efetivar alguns sonhos, algumas utopias, alguns desejos, mas em momento algum nós nos calamoss sobre as necessidades aqui de serem aprofundadas, seja através de reuniões, de audiências, de seminários, de formação, de ir até as Secretarias, de ir até os abrigos, de participar das reuniões da Rede de Enfrentamento, todas as formas possíveis nós participamos efetivamente, por isso eu termino aqui este mandato em relação a esse tema satisfeita pela nossa participação. E como sempre a gente, independente do espaço onde nós estamos, essa é uma luta que vem de nossa alma, de dentro da gente de querer que todas as mulheres possam aí ter direitos iguais realmente perante a nossa necessidade. Eu agradeço a todas e a todos que colaboraram conosco no nosso mandato nos informando ou nos auxiliando para que a gente pudesse levar adiante essa temática. Então, eu queria aqui agradecer e vou conceder também agora alguns minutos breves a Mara para fazer a sua fala também, a Mara tem participado efetivamente também nas reuniões da Rede de Enfrentamento.

A SRA. MARA VALVERDE – Boa tarde o todos e todas. Eu acho que é um momento importante, final do ano, 2015, e dizer que a gente aqui está, Epifânia, mesmo terminando o seu mandato e com mandato de outros parlamentares que estão vindo em 2015, nós vamos continuar nessa luta, enquanto há luta há sonho e enquanto há sonho a gente continua. E essa unidade móvel, quero falar pelas mulheres guerreiras da floresta, do campo que não estão aqui todas, mas por elas também, por uma luta do Governo Federal, da Presidente Dilma junto com o Governo estadual e com todas vocês para poder fazer valer, fazer com que as nossas mulheres que estão lá, as ribeirinhas, as negras, as quilombolas tenham acesso aos direitos, saiba o que é Maria da Penha, para que possa ter acesso a cobrar no Estado a Secretaria de Mulheres que nós sonhamos e um dia vai ser possível, não é Secretária que está aqui junto com o representante da Secretaria de Segurança, que nós já conversamos com o Secretário Reis, na Assembleia, aqui também o Deputado Ribamar pela Comissão de Direitos Humanos junto com o Deputado Euclides, já fizeram valer com o orçamento, eu quero dizer para vocês, eu sei que é rápido, e sempre para as mulheres o tempo é pouco, é curto, mas a gente não perde a ternura, é dizer que a gente precisa de orçamento e esta Casa está com o orçamento para ser votado ou já votou, mas que coloque a transversalidade nas Secretarias para ter orçamento para as mulheres terem essa autonomia, para as mulheres terem segurança, as mulheres terem educação, para as mulheres se empoderarem, porque isso a gente precisa dizer e fazer valer as nossas conquistas e luta e realmente eu acho que a gente precisa ser solidária com a Deputada Maria do Rosário, que é uma guerreira que já veio a

Rondônia e que precisa ver que as mulheres não querem ser vítimas de violência, que as mulheres não querem ser estupradas, e que a gente quer sim uma cultura de paz, e que a gente quer sim uma vida sem violência, que é um direito de todas as mulheres.

Muito obrigada e a nossa luta, Secretária Zilene, nós vamos lá com o conselho onde quer que vá com esse Governador para que ele possa fazer valer e fazer com que a Secretaria de Políticas para as Mulheres Estadual aconteça e que é importante. E esse Estado para finalizar, tem o maior número de eleitorado mulheres e a gente precisa mostrar a nossa cara, não só no poder público para as mulheres, mas em todas as áreas, porque as mulheres, elas fazem a diferença e elas fazem acontecer quando elas querem e onde elas querem. Muito obrigada. Valeu.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Muito obrigada, Mara. Mara bateu seu recorde hoje, parabéns, Mara. Eu queria aqui também registrar a presença da Helena, do Rahab, de todas as meninas aí que eu tive o prazer de conhecer essa experiência da Igreja Universal que é de um ponto de vista da fé diferenciado da defesa que a gente faz, mas para mim foi um grande aprendizado, li todos os livros, pude participar de duas atividades e espero poder continuar. Então, para mim foi outro ponto que foi um equilíbrio muito bom também nesse debate, eu queria muito parabenizar o trabalho de vocês, até estava assistindo a um programa esses dias que foi transmitido, é excelente lá o trabalho de vocês. Agradecer aqui a Betânia, que tem sido também uma pessoa na ponta para a gente também todas as reuniões junto com toda equipe da Prefeitura, está desde o começo conosco também, agradecer muito a presença dela. Registrar aqui, em nome da Cleide, da Mara, que estão aqui com a camisa da Patrícia, que elas aqui também representam hoje não só as nossas companheiras nessa batalha, mas representam as famílias que sofrem pelo resto da vida com a perda de alguém, de uma mulher que foi assassinada. Uma estudante saiu daqui para fazer faculdade para melhorar a sua vida e dos seus filhos e foi brutalmente assassinada a facadas pelo namorado. Então, é muito próximo da gente, faz parte do nosso dia a dia e tem gente que acha que a gente fica sendo repetitiva com esse tema.

Então, em nome delas, eu quero cumprimentar aqui todas as famílias também que são vítimas dessa violência e que também nos auxiliaram durante o nosso mandado em relação a esse tema. Dizer que nós estamos finalizando também quem ainda não assinou ou que tenham grupos que queiram assinar, nós estamos finalizando aqui o nosso abaixo assinado para entregar ao Governador, a Secretária já falou que é uma vontade política do Governador de instituir a coordenadoria de política para mulheres, mas nós estamos aqui reforçando a intenção política dele, que também é um desejo e uma necessidade nossa, nós estamos aí com um abaixo-assinado rodando a cidade, e nós queremos entregar agora nessa semana ainda, se não for possível na segunda-feira para o Governador, esse nosso desejo ratificando o desejo dele também.

Dizer que quando a gente sair daqui, vocês poderão ir aí à frente da Assembleia que está estacionado a unidade móvel. Ela está aí ainda? A unidade móvel que nós recebemos do Governo Federal do Campo e da Floresta, ela está aqui na frente quem quiser conhecer, acabou de chegar de Jaci-Paraná, quem quiser conhecer as instalações também para ficar à vontade. Eu já ia finalizar aqui, mas a Betânia quer também dar um alô. Quer falar daqui ou daí, e aí eu já vou encerrar, Lenilson, calma, eu já vou encerrar, eu vou até pedir desculpas aos membros da Mesa de não passar para as considerações por conta da votação.

A SRA. BETÂNIA – Então, eu, é bem rápido, porque a Jamilly já saiu, mas para fazer um convite, estender um convite que o Movimento de Mulheres, eu acho que precisa se unir mais, porque quando eu comecei em 2005 nessa luta da violência contra as mulheres, tinha um movimento bem articulado e eu penso que, quero dizer também que sou funcionária efetiva da Prefeitura e tenho liberdade para falar isso. E acho assim que tanta coisa foi conquistada pelos movimentos de mulheres, creio que os movimentos, todos os movimentos, o controle social, tanto municipal como estadual, precisam efetivar mais, estruturar e lutar para que essas políticas que já foram conquistadas, e o município de Porto Velho, que às vezes para a surpresa de muitas pessoas é referência em alguns Estados, o município de Porto Velho, a capital é referência em alguns lugares do país porque já existe uma rede efetiva, rede de atendimento. E em nome da rede de enfrentamento que a gente faz parte, e que essa rede se efetive pelo menos nos sete municípios, senhores parlamentares, nos sete municípios que existem a Delegacia das Mulheres pelo menos nesses sete polos. Fazer um convite aqui, que vai ter dia 18, lá no Centro de Referência uma roda de conversa para as mulheres de movimentos sociais, junto conosco lá. Quem pediu esse espaço às oito e meia foi a Jamilly da UNEGRO. Então, aqui está estendendo o convite a todas as pessoas que queiram participar para falar sobre as políticas de atendimento às mulheres vítimas de violência. Só isso. Obrigada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada, Betânia, estão todas convidadas. Eu quero aqui também registrar e agradecer a presença da Marlene, representando as artesãs também tem compartilhado conosco essa luta, e agradecer a Vanusa, porque está escrito Vanessa aqui estão vendo, por isso que eu estava errando, a Vanusa que assumiu agora a Coordenadoria de Políticas pelas mulheres, desejar muito sucesso, a gente sabe que são muitas as dificuldades, mas desejar aí muito sucesso a você, quanto mais a gente compartilha, mais sucesso a gente tem, se você ficar isolado, vai ser difícil, mas se compartilhar com todos o caminho é menos doloroso. Agradecer o Ailton, que trouxe boas notícias aí, que você possa ser um representante nosso, um defensor no meio de tantos homens, mas que possa estar junto conosco lá na SESDEC. Eu sei que os problemas são muitos em termos de Segurança Pública, mas se você pegar os registros, eu tenho certeza que esse vai ser o maior das mulheres, porque já são mais de cinco mil. A cada ano isso vai aumentando, só de ocorrências, fora as que não registram ocorrência.

Então, eu assisti à palestra lá no Judiciário que a violência contra as mulheres no Brasil ela é maior do que as vítimas de guerra, é muito maior aqui no Brasil do que a guerra lá, o conflito de terra lá no Oriente Médio, as mulheres vítimas de violência aqui são maiores do que lá, e aí a gente precisa ter esse olhar cuidadoso. Agradecer aqui a nossa Secretária por estar aqui conosco, por compartilhar também, que também possa ser a nossa representante, a nossa referência no Estado de Rondônia, lá através da Secretaria que brigue mesmo por essa coordenadoria é até bom para ti também, para poder desenvolver as outras atividades, deixa alguém lá com referência, a gente precisa de um ponto de referência, eu sempre digo isso na rede de enfrentamento, que a gente precisa ter uma coordenadoria, precisa ter alguém que faça transversalidade e ela é necessária. Então, sem mais delongas.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada esta audiência pública, convidando a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre da Assembleia. Então, obrigada e boa tarde a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 16 horas e 31 minutos).

ASSESSORIA DA MESA**PROPOSIÇÕES APRESENTADAS
DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 8ª LEGISLATURA**

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM - Indica ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade urgente de uma vistoria no asfalto que está sendo feito na área urbana do município de Cacaulândia-RO.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao DER, a necessidade urgente de uma vistoria na asfalto que está sendo feito na área urbana do município de Cacaulândia-RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Esta proposição se faz necessária devido a reclamação da população informando que o asfalto é de péssima qualidade, que agora que está se iniciando o período das chuvas, o asfalto já está se decompondo, vemos mais um caso de desperdício de dinheiro público, e a população enfrentando os problemas de sempre.

Plenário das Deliberações, 10 de dezembro de 2014.
Dep. ADELINO ANGELO FOLLADOR – DEM

INDICAÇÃO DEPUTADO EDVALDO SOARES – PMDB - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, através do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RONDAGENS E TRANSPORTES DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA-DER, para que o este proceda a duplicação e iluminação da Avenida Brasil sentido Aeroporto de Ji-Paraná, popularmente conhecida como Estrada do Aeroporto de Ji-Paraná, naquele Município.

O Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, através do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RONDAGEM E TRANSPORTES DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA-DER, para que o este proceda a duplicação e iluminação da Avenida Brasil sentido Aeroporto de Ji-Paraná, popularmente conhecida como Estrada do Aeroporto de Ji-Paraná, naquele Município.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O Parlamentar que o presente subscreve, faz tal indicação, considerando o crescimento econômico e social da região centro-sul do Estado que depende do aeroporto da

cidade de Ji - Paraná para continuar expandindo suas linhas de integração aéreas, visando o aumento de investimento e negócios, bem como o acesso e o progresso daquele município.

Ocorre que o acesso para o aeroporto está em condições deploráveis haja visto a ação do tempo e do desgaste natural do asfaltamento. Além disso, percebe-se claramente que a via para o terminal aeroportuário é por demais estreito, tornando o percurso mais perigoso. Por tudo isso o poder Legislativo do Estado de Rondônia não pode se quedar letárgico sem que proceda as reindicações em favor daquele Município e região.

Conhecedor “*in loco*” da realidade daquela localidade, vislumbro que o desenvolvimento da região tem como condição necessária a duplicação e a iluminação da Avenida Brasil sentido Aeroporto de Ji- Paraná, popularmente conhecida como Estrada do Aeroporto de Ji- Paraná, razão pela qual, contamos com apoio dos pares deste Poder Legislativo.

Plenário das Deliberações, 9 de dezembro de 2014.
Dep. Edvaldo Soares – PMDB

1ª SECRETARIA**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002
DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014**

Acrescentar dispositivo a Instrução Normativa nº 001, de 1º de março de 2014.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, II do Regimento Interno, e

Considerando a necessidade de adaptar às atribuições e as demais relações de trabalho dos servidores estatutários em processo de relotação:

RESOLVE:

Art. 1º Fica acrescentado o artigo 3º a Instrução Normativa nº 001, de 1º de março de 2014, que “institui normas acerca da movimentação de servidores estatutários”, renumerando o Art.3º para Artigo 4º, com a seguinte redação:

Art. 4º O Servidor Estatutário relotado em Gabinetes de Parlamentares, ao término do mandato, e este não reeleito, deverá expressar até o dia 30 de janeiro do final da legislatura a opção pelo órgão o qual deseja desenvolver as suas atribuições neste Poder Legislativo.

Esta Instrução Normativa passa a vigorar a partir de sua publicação.

JOSÉ EURIPEDES CLEMENTE – LEBRÃO.

1º Secretário